

ASSOCIAÇÃO FRANCO BRASILEIRA

RUA ALZIRA BRANDÃO, 241– Tijuca

20550-035 Rio de Janeiro RJ

CNPJ 33.543.356/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Associação Franco Brasileira (antes denominada Sociedade Franco Brasileira), constituída e organizada pelas religiosas da Congregação dos Santos Anjos, fundada em 15 de Outubro de 1831, na França, com seus atos constitutivos registrados no Cartório de Registros Especiais de Pessoas Jurídicas, sob nº 15473, inscrito no CNPJ sob nº 33.543.356/0001-20 é uma associação civil, com personalidade jurídica de direito privado, de caráter educacional, hospitalar, social, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, tendo como atividade preponderante a educação, com sede e foro à Rua Alzira Brandão, nº 241, Bairro Tijuca, Estado do Rio de Janeiro, Brasil.

Associação Franco Brasileira tem por finalidade:

- a) Promover educação integral em seus vários níveis;
- b) Promover a saúde preventiva e curativa;
- c) Criar, desenvolver e manter atividades para se auto sustentar e qualificar seus serviços;
- d) Estimular o desenvolvimento da cidadania nas áreas de Saúde, Educação e Assistência Social;
- e) Promover a assistência social e integração de grupos e indivíduos excluídos, infância, adolescência, velhice, aos necessitados em geral, a fim de que possam ter acesso aos direitos sociais;
- f) Fortalecer os vínculos familiares;
- g) Promover a ecologia

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Na elaboração das demonstrações contábeis de a Entidade adotou a Lei 187 de 16 de Dezembro de 2022, dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes e regula os procedimentos referentes à imunidade de contribuições à seguridade social de que trata o § 7º do art. 195 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), e 9.532, de 10 de dezembro de 1997; revoga a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e dispositivos das Leis nºs 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 12.249, de 11 de junho de 2010. Essas demonstrações foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução CFC nº 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução CFC nº 1.185/2009 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução CFC nº 1.305/2010, que aprovou a NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em especial a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros.

NOTA 03 – FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL RESOLUÇÃO CFC Nº 1.330/11 (NBC ITG 2000)

A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. O registro contábil contém o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão enviadas aos órgãos públicos através da Escrituração Contábil Digital que é parte do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) e sua implantação se deu em substituição da escrituração contábil realizadas em livros fiscais contábeis. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, arquivos digitais, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes”. A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil.

NOTA 04 – PRINCIPAIS PRÁTICAS ADOTADAS

- a) **Caixa e Equivalentes de Caixa:** Conforme determina a Resolução do CFC nº 1.296/2010 (NBC TG 03) – Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC nº 1.185/2009 (NBC TG 26) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.
- b) **Aplicações de liquidez imediata:** As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço.
- c) **Ativos e passivos circulantes:** os ativos e passivos circulantes estão sendo demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os ativos e passivos circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

Neste grupo foi realizado o lançamento da venda do Hospital Divino Espírito Santo , conforme artigo da Lei 2474-Art. 1º. Fica o Município de Fraiburgo autorizado, através da Chefe do Poder Executivo, a adquirir o terreno urbano e suas benfeitorias, matriculado sob nº 1903 junto ao Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Fraiburgo, requisitado através dos Decretos nº 100/2013, 24/2014 e 261/2016, onde funcionava o Hospital Divino Espírito Santo, medindo 12.977,53m² (doze mil, novecentos e setenta e sete metros e cinquenta e três centímetros quadrados), de propriedade da Associação Franco Brasileira, inscrita no CNPJ sob nº 33.543.356/0001-20, com sede na cidade do Rio de Janeiro (RJ).

- d) **Investimentos:** Os investimentos estão contabilizados pelos valores originais conhecidos, atualizados, quando aplicável, até o encerramento do exercício.
- e) **Imobilizado:** Os ativos imobilizados foram avaliados ao valor justo em exercícios anteriores e as aquisições posteriores ou construções estão contabilizados pelo seu valor de aquisição. Os imóveis foram reavaliados em 2020, o resultado da avaliação R\$ 266.765.518,72. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro gasto é reconhecido como despesa quando incorrido.
- f) **Intangível:** Os ativos intangíveis são registrados pelo custo de aquisição. **Depreciações e Amortizações:** foram calculadas e estão sendo apresentadas pelo método linear com base nas taxas mencionadas na nota 08 e leva em consideração a vida útil e utilização dos bens (Resolução CFC nº 1.177/09 (NBC TG 27)).

- g) **Provisão para férias e encargos:** As férias, bem como os seus encargos, foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço.
- h) **As receitas e as despesas:** Foram apropriadas pelo regime de competência. As receitas e despesas são reconhecidas, respeitando todos os princípios contábeis.
- i) **Apuração do resultado:** O resultado foi apurado segundo o regime de competência. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidos no resultado.
- j) **Prazos:** os ativos realizáveis e os passivos exigíveis, até o encerramento do exercício seguinte, são classificados como circulante. Os valores exigidos após o exercício seguinte foram classificados como longo prazo.
- k) **Doações e contribuições de terceiros:** A entidade recebeu em 2022, referente a convênio público R\$ 2.576.471,68, Subvenções e Auxílios Municipais R\$ 30.000,00, Subvenções e Auxílios Estaduais R\$ 2.114.984,45, Subvenções e Auxílios Federais R\$ 35.595,53, Doações de Pessoas Físicas R\$ 38.894,34, Doações de Pessoas Jurídicas R\$ 1.001.731,83 e Recursos das Associadas R\$ 1.141.255,76. A entidade recebeu, em ambos os exercícios, subvenções e/ou assistências públicas.
- l) **Transferências Internas:** As Contas Correntes Inter casas referem-se às movimentações de recursos entre as Casas, sempre com a intervenção da Sede referentes a alocação de recursos entre as Casas da Associação, de acordo com a orientação da Sede.

NOTA 05 – ESTOQUES

Os estoques foram avaliados pelo custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se a livros e outras mercadorias destinadas para a comercialização.

NOTA 06 – ATIVO NÃO CIRCULANTE (REALIZÁVEL A LONGO PRAZO)

Os saldos apresentados nesta conta estão atualizados até a data do balanço e refere-se a depósitos judiciais e créditos juntos diversas pessoas jurídicas, com prazo de realização/recebimento superior a doze (12) meses.

NOTA 07 – ATIVO NÃO CIRCULANTE (INVESTIMENTOS)

Os saldos apresentados neste grupo referem-se a ações de outras empresas e está sendo apresentada pelo valor original.

NOTA 08 – ATIVO NÃO CIRCULANTE (IMOBILIZADO)

O ativo imobilizado da entidade foi avaliado a valor justo, cujo processo foi concluído em 2010. As aquisições posteriores foram registradas pelo custo de aquisição. Os imóveis foram reavaliados em 2020, o resultado da avaliação R\$ 266.765.518,72. O valor de recuperação dos bens e direitos do imobilizado são periodicamente avaliados para que se possa efetuar o registro de perdas potenciais ou uma revisão dos critérios das taxas de depreciação na finalidade de atender a Lei nº 11.638/07, Deliberação CVM nº583/2009 e Resolução do CFC nº 1.177/2009 (NBC TG 27).

	2021	2022			
Ativo Imobilizado	Saldo	Adições	Baixas	Depreciação/ Amortização	Saldo
Equipamentos e materiais nas Edificações- 1.2.4.01.02	730.661,94	11.599,56	8.126,00	627.940,23	106.195,27
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos de Uso- 1.2.4.01.03	12.018.187,66	3.958.236,17	105.501,49	6.076.538,88	9.794.383,46
Equipamento de Informática- 1.2.4.01.09	1.477.422,08	167.339,99	25.323,62	1.180.973,10	438.465,35
Sistemas e Aplicativos de Informática- 1.2.4.01.05	1.470,97	-	-	1.470,97	-
Móveis e Utensílios- 1.2.4.01.06	4.033.694,62	149.448,80	43.579,84	2.638.001,27	1.501.562,31
Veículos de Uso - 1.2.4.01.08	603.252,92	159.135,99	113.887,66	498.066,20	150.435,05
Equipamentos para Apoio Manutenção- 1.2.4.01.04	103.035,32	-	30.786,00	72.249,32	-
Obras de Arte- 1.2.3.01.01.02	5.830,00	-	-	-	5.830,00
Obras e Edificações - 1.2.4.01.01	273.068.984,97	1.899.154,41	1.654.296,06	27.279.412,12	246.034.431,20
Marcas e Patentes - 1.2.5.01.02	19.580,00	-	-	-	19.580,00
Terrenos 1.2.3.01.01.01	2.624.803,75	828.600,00	431.395,75	-	3.022.008,00
Imóveis para Investimento - 1.2.3.01.02	28.473.114,78	-	-	-	28.473.114,78
Direito de Uso de Software- 1.2.4.01.05	1.044.250,26	-	-	616.904,79	427.345,47
Bens em Comodato- 1.2.6.01.01.01	781.031,25	174.037,23	34.752,87	-	920.315,61
Total	324.985.320,52	7.347.552,15	2.447.649,29	38.991.556,88	290.893.666,50

NOTA 09 – DAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO (PASSIVO CIRCULANTE)

As obrigações foram cumpridas nos prazos e as provisionadas estão representadas pelo seu valor nominal, original e representa o saldo credor de obrigações fiscais, empregatícias, tributárias, fornecedores e outras obrigações bem como a provisões sociais.

NOTA 10 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido com saldo inicial de R\$ 304.270.630,12 passou a R\$ 289.166.871,88 , tendo ocorrido, no decorrer do exercício, às seguintes modificações:

Patrimônio Social – Saldo Inicial	304.270.630,12
Superávit/Déficit do Exercício	(14.873.626,42)
Ajuste de Exercícios Anteriores	(256.759,49)
Varição patrimonial	26.627,67
Patrimônio Social – Saldo Final	289.166.871,88

2.4.3.01.03.01- Ajuste de Exerc Anteriores		Débito	Crédito
Hospital Maicé-Ajuste lançamento provisão seguro , lançado em duplicidade	31/12/2022		572,21
Hospital Maicé-Ajuste posição inicial do avp no passivo não circulante2022 conforme recálculo	03/01/2022	252.323,98	
Colégio Santos Anjos-Juiz de Fora-Tarifa Cobrada no Cartão Sumup Lançado como Adiantamento de Terceiros Sem Nota emitida	04/01/2022	5.007,72	
Total		257.331,70	572,21
		256.759,49	

NOTA 11 – RESULTADO DO EXERCÍCIO

O déficit de 2021 R\$ 3.517.063,25 e de 2022 R\$ 14.873.626,42, será absorvido pela conta patrimônio social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e de acordo com a resolução 1.409/2012 que aprovou a ITG 2002 – Entidades sem finalidade de lucros em seu item 15.

NOTA 12 – CLASSIFICAÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS

As receitas e despesas da entidade foram classificadas em três grandes grupos, sendo eles receitas e despesas educacionais, outras receitas e despesas educacionais, receitas e despesas hospitalares, receitas e despesas administrativas e outras receitas e despesas.

1) Comparativo de Custo x Valor Res. CFC 1.409/2012 - ITG 2002:

a) Área da Educação:

	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
Serviços Prestados Educação	34.017.035,82	25.429.696,05
Custo Serviços Educação	35.554.029,19	30.206.829,35
Custos Não Cobertos	1.536.993,37	4.777.133,30
Percentual de Custos Não Cobertos	4,32%	15,81%

b) Área da Saúde:

	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
Serviços Prestados Saúde	50.878.455,80	63.766.091,21
Custo Serviços Saúde	59.543.623,15	57.701.444,19
Não houve Custos não Cobertos	8.665.167,35	6.064.647,02
Percentual de Custos Não Cobertos	14,55%	0

c) Área administrativa

	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
Serviços Prestados Área/ Administrativa	4.169.472,35	3.254.769,67
Custo Serviços Área/ Administrativa	8.841.688,05	8.059.346,64
Custos Não Cobertos	4.672.215,70	4.804.576,97
Percentual de Custos Não Cobertos	52%	147,61%

NOTA 13 – PROVISÃO PARA PERDAS

A entidade, para o ano de 2022, efetuou a provisão para perdas de recebimento de crédito conforme preconiza a Resolução CFC nº 1.409/2012, item 14. Para o ano de 2023, haverá uma Mudança de Estimativa para estes lançamentos será mantido os últimos cinco anos de mensalidades em aberto, e constituída provisão deste período, com orientações para baixa anualmente dos valores que seguirão para o 6º ano ao final do exercício.

NOTA 14 – PROVISÃO DE PASSIVOS CONTINGENTES

Em atendimento a Resolução CFC 1.180/09 a administração da entidade entendeu não ser necessário o registro contábil de contingências ativas e/ou passivas, por não existir, até a data do balanço, processos com possíveis ou prováveis perdas.

NOTA 15 – SEGUROS CONTRATADOS

A entidade mantém seguros para os bens do imobilizado, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos envolvidos, decorrentes de suas atividades.

NOTA 16 – DOS RECURSOS

Os recursos da entidade foram aplicados nas finalidades institucionais de conformidade com o Estatuto, demonstrados pelas despesas e investimentos patrimoniais.

NOTA 17 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

A demonstração do fluxo de caixa foi elaborada em conformidade com a resolução do Conselho Federal de Contabilidade CFC nº 1.226/2010 que aprovou NBC TG 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e também de acordo com a resolução 1.152/09 que aprovou a NBC TG 13. O fluxo de caixa elaborado pela entidade adotou o método indireto.

NOTA 18 – AJUSTE A VALOR PRESENTE

Em cumprimento a Resolução 1.151/09 e a Lei 11.638/07 a Entidade efetuou o ajuste de valor presente das contas de Empréstimo Bancário. (Curto e Longo Prazo).

NOTA 19 - REQUISITOS DA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

Associação Franco Brasileira (antes denominada Sociedade Franco Brasileira), é uma associação civil, com personalidade Jurídica de Direito Privado, de caráter educacional, hospitalar, social, beneficente, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, tendo como atividade preponderante a educação. É imune a incidência de impostos por força do artigo 150,

inciso VI alínea “c” e seu parágrafo 4º e artigo 195 parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, e, para tanto: a) não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título; b) aplica integralmente no país os recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais; e, c) mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros contábeis emitidos de forma eletrônica.

NOTA 20 – BENEFÍCIOS COM A ISENÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

O benefício usufruído pela entidade com a isenção da cota patronal do INSS e outros está demonstrado no quadro abaixo:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
INSS–Isenção da cota patronal e autônomos– 20%	7.594.783,88	6.706.701,00
INSS – Isenção terceiros – 5,8% ou 4,5%	1.925.436,72	1.625.006,99
INSS – Isenção R.A.T. 1% a 3%	929.116,66	4.880.918,93
Total das Isenções	10.449.337,26	13.212.626,92

NOTA 21– UNIDADES MANTIDAS

Associação Franco Brasileira (antes denominada Sociedade Franco Brasileira) mantém 7 - Escola (s), denominada (s) Colégio dos Santos Anjos, localizadas: RJ, MG, SC devidamente reconhecido (s) pelo Ministério da Educação. 1- Hospital, Hospital Maicé, localizado em SC devidamente reconhecido pelo Ministério da Saúde. 2 – Instituição Religiosa Comunidade São Rafael e Casa de oração e área administrativa.

NOTA 22 – DOS FINS FILANTRÓPICOS – EDUCAÇÃO

22.1-PROPORCIONALIDADE DE UMA BOLSA INTEGRAL – UM ALUNO – PARA CADA CINCO (5) PAGANTES:

Para a concessão de gratuidades em 2022, a Entidade seguiu os critérios previstos na Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, Decreto nº 8.242/2014, com respaldo no artigo 16 da Lei 12.868 de 15 de outubro de 2013.

1) Lei 12.101/2009 (Atualizada) – Aplicação 1 x 5:

Ano 2022:

DESCRIÇÃO	Alunos 2022
Total de alunos matriculados	2.935
(-) Alunos com bolsas de 100%	434
(-) Outras Bolsas de 100% - Dissídio, Convenção, etc.	90
(=) Alunos pagantes	2.411
Proporção: 1 aluno para cada cinco (5) alunos pagantes	483
Bolsas Assistenciais Integrais (100%) concedidas	434
Bolsas Assistenciais Parciais (50%) concedidas	99

2 –Lei 12.101/2009 (Atualizada) – aplicação 1 X5

Educação Básica	Alunos pagantes	Exigência – Lei 12.101/09	Bolsas Concedidas
ANO 2022:	2.411	483	484

3-. Lei 12.101/2009 (Atualizada) – Aplicação 1 X 9:

Educação Básica	Alunos pagantes	Exigência – Lei 12.101/09	Bolsas Concedidas
2021 (Lei 12.101/2009)	2.196	244	416
2022 (Lei Complementar nº 187/2021)	2.411	268	434

NOTA 23 - DOS FINS FILANTRÓPICOS – SAÚDE.

O Hospital cumpriu as exigências da Lei 12.101 de 27/11/2009, Decreto 8.242/2014, Portaria 1.970/2011, Portaria n. 834 de 26 de abril de 2016 e Portaria Consolidação n.01 de 28 de setembro de 2017, comprovando a prestação de serviços ao SUS em percentual superior a 60% de acordo com a metodologia de cálculo da referida portaria com base nos indicadores de atividades abaixo.

Demonstrativo de serviços Prestados
Paciente-dia

Tipo de Atendimentos	Número de atendimentos no ano		
	SUS	Não SUS	Total
Paciente-dia	22.169	4.248	26.417
Porcentagem	83,92%	16,08%	100%
Tipo de Atendimentos	Número de atendimentos no ano		
	SUS	Não SUS	Total
Internações	5.644	1.605	7.249

Ambulatorial/Consultas

Tipo de Atendimentos	Número de atendimentos no ano		
	SUS	Não SUS	Total
Ambulatorial	22.847	3.035	25.882
Emergência	19.809	3.832	23.641
Classificação de Risco	12.307	802	13.109
Total	54.963	7.669	62.632
%	87,76%	12,24%	100%

SADTs

Tipo de Atendimentos	Número de atendimentos no ano		
	SUS	Não SUS	Total
Eletrcardiograma Emergência	1275	21	1.296
Eletrencefalograma Eletivo	0	0	0
Eletroneuromiografia Eletivo	96	0	96
Exames Laboratório de Análise Clínica	103.672	47.255	150.927
Procedimento Hemoterápico	103	681	784
Radiologia Eletiva	8.690	2.258	10.948
Radiologia Emergência	8.961	1.373	10.334
Ressonância/serv. Terceirado	230	2	232
Tomografia Eletiva	383	717	1.100
Tomografia Emergência	5.328	765	6.093
Ultrassonografia Eletiva	208	646	854
Ultrassonografia Emergência	1.107	130	1.237
Ultrassonografia Transesofágico Emergência	1	2	3
Ultrassonografia Transesofágico Eletiva	1	0	1
Ultrassonografia Transtorácico Eletiva	16	0	16
Ultrassonografia Transtorácico Emergência	22	1	23
Cateterismo Eletivo	10	19	29
Cateterismo Emergência	119	11	130
Angioplastia Eletivo	6	0	6
Angioplastia Emergência	24	7	31
Outros (toco cardiograma) Gestante	556	0	556
Total	130.808	53.888	184.696
%	70,82%	29,18%	100%

Total Geral

Total de Atendimentos no ano de 2022			
Atendimento	SUS	Não-SUS	Total
Ambulatorial/Consulta: Emerg e Eletivo	35.154	3.837	38.991
Internações paciente dia	22.169	4.248	26.417
SADTs	130.808	53.888	184.696
Total	203.547	43.821	247.368
%	82,29%	17,71%	100%

Taxa de Ocupação

Internações	62%
-------------	-----

NOTA 25 – ALIENAÇÃO DE BENS PATRIMONIAIS

O valor de R\$ 46.600,73 na conta de Alienação de Bens Patrimoniais se refere a correção na Venda do Imóvel Fraiburgo/SC. Negociação com a Prefeitura Hospital Divino Espírito Santo

NOTA 26 – EVENTO SUBSEQUENTE

A Asas Associação Santos Anjos de Saúde surgiu em decorrência de uma futura cisão parcial da Associação Franco Brasileira. Constituída uma filial na cidade de Caçador em nome da Asas para criação de um ambulatório no Estado de Santa Catarina, para posterior Cisão do Hospital Maicé .

NOTA 27 – TRABALHO VOLUNTÁRIO

Em atendimento a Resolução CFC nº 1.409, de 21 de setembro de 2012 que aprova a NBC ITG 2002 - Entidades sem Finalidade de Lucros, onde interpreta que o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, foram levantados os trabalhos voluntários das Associadas. O registro dos montantes foi contabilizado nas rubricas de receita com trabalhos voluntários e despesa com trabalhos voluntários e não altera o resultado do exercício.

NOTA 28 - RECEITA COM CONTRATO DE CLIENTE

Lançamento dos Contratos de Prestação de Serviços Educacionais e Contrato de Locação, assinados em 2022 para competência de 2023, conforme NBC TG N° 47 - CFC - DE 25/11/2016.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2022

Marina Andrade
Presidente da Associação Franco
Brasileira
CPF 151.274.408-57

Ana Lúcia dos Reis Santos
CRC RJ 087209/O-0
CPF 852.843.007-34